



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

CORREGEDORIA-GERAL

RECOMENDAÇÃO nº 003/2020-CORGER/DPGE

A **CORREGEDORIA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ**, no exercício da atribuição conferida pelo inciso XI, do art. 105, da Lei Complementar nº 80/1994, alterada pela Lei Complementar nº 132/2009, c/c com a Lei Complementar Estadual nº 06/1197, e;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 4º, inciso XXI, da Lei Complementar nº 80/94, é função institucional da Defensoria Pública executar e receber as verbas de sucumbenciais decorrentes de sua atuação, inclusive quando devidas por quaisquer entes públicos, destinando-as a fundos geridos pela Defensoria Pública ao aparelhamento da Defensoria Pública e à capacitação profissional de seus membros e servidores;

CONSIDERANDO o disposto na resolução nº 83/2013, que regulamenta o requerimento e a execução de honorários provenientes de ações patrocinadas pela Defensoria Pública;

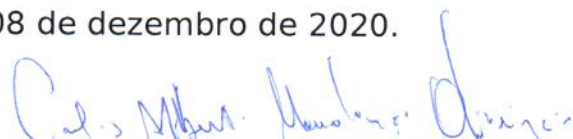
RESOLVE

Art. 1º. Recomendar aos (às) Defensore(a)s Público(a)s que, para o levantamento de valores oriundos de honorários de sucumbência devidos à Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará, quando depositados em juízo cumulativamente com valores devidos à parte assistida, seja requerida a expedição de alvará judicial individualizado em favor do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará - FAADep.

ENCAMINHE-SE a presente recomendação às Coordenações das Defensorias da Capital e do Interior - CDC/CDI, para que providencie a divulgação a todos os **DEFENSORES PÚBLICOS** através de e-mail funcional.

ENCAMINHE-SE, também, cópia desta recomendação a EXCELENTÍSSIMA **SENHORA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO**, para conhecimento.

Fortaleza, 08 de dezembro de 2020.


Carlos Alberto Mendonça Oliveira
Corregedor-Geral da DPGE/CE